

SEMÂNTICA

ESTRUTURAL

A.J. GREIMAS / CULTRIX

ESTRUTURA ELEMENTAR DA SIGNIFICAÇÃO

1.º Continuidades e descontinuidades.

A lingüística tradicional — que aliás nisso se adaptava às tendências gerais de seu tempo — insistia prazerosamente no caráter contínuo dos fenômenos lingüísticos. Assim, a passagem do *a* latino de *mar* para o [ɛ] francês de *mer* era considerada inconsciente, não captável, sem solução de continuidade. Da mesma forma, na área geográfica do galo-romano, a passagem de um patoá, de um dialeto a outro, era feita, a pé ou de bicicleta, com o “sentimento lingüístico” de permanência. A tarefa do lingüista histórico consistia em conduzir diferenças a identidades, remontando ao nível mais alto possível.

É nesse contexto que é preciso situar, salientando seu caráter revolucionário, a afirmação de Saussure de que a língua é feita de oposições.

Essa constatação, entretanto, não é clara, e podemos perguntar, conquanto permaneçamos no plano da “realidade”, isto é, da substância fônica e da articulação individual e ocorrencial, se é possível conceber, por exemplo, um fenômeno de maneira diferente de um campo de dispersão comparável ao do tiro de artilharia; ou ainda, se é possível captar o caráter descontínuo dos fatos lingüísticos, ou fazer sobre a língua uma afirmação diferente dos famosos “tudo se liga” ou “tudo está contido em tudo”.

A única forma de focalizar, atualmente, o problema da significação, consiste em afirmar a existência de descontinuidades, no plano da percepção, e dos espaços diferenciais (como o fez Lévi-Strauss), criadores de significação, sem se preocupar com a natureza das diferenças percebidas.

Observação: O conceito de *descontinuidade*, que não chegamos a definir, não é próprio da semântica; ele preside também, por exemplo, ao fundamento da matemática. É portanto uma pressuposição que se deve colocar no inventário epistemológico dos postulados não analisados.

2.º Primeira concepção da estrutura.

Percebemos diferenças e, graças a essa percepção, o mundo “toma forma” diante de nós, e para nós.

Mas que significa verdadeiramente — no plano lingüístico — a expressão “perceber diferenças”?

1. Perceber diferenças quer dizer captar ao menos dois termos-objetos, como simultaneamente presentes.

2. Perceber diferenças, quer dizer captar a relação entre os termos, ligá-los de um ou de outro modo.

Daí, a primeira definição, aliás utilizada geralmente, do conceito de estrutura: presença de dois termos e da relação entre eles.

Decorrem daí imediatamente duas conseqüências:

1. Um só termo-objeto não comporta significação.

2. A significação pressupõe a existência da relação: é o aparecimento da relação entre os termos que é a condição necessária da significação.

Qualquer aprofundamento da noção de estrutura exige a análise dos elementos de sua definição. Portanto, será necessário considerar sucessivamente a noção de *relação* e a de *termo-objeto*. Quanto à expressão *presença*, não é analisável nesse nível; pois implica, com efeito, o modo de existência dos termos-objetos na percepção; levaria à investigação acerca da própria natureza da percepção. Sua análise, de acordo com o princípio do mínimo epistemológico, não pertence mais à lingüística. O mesmo ocorre com o conceito de *simultaneidade*, que, livre de seu caráter temporal, deixaria ainda um resíduo não analisável, próximo dos conceitos epistemológicos de continuidade e identidade.

3.º Conjunção e disjunção.

Uma dupla constatação se impõe de início a propósito da relação.

1. Para que dois termos-objetos possam ser captados juntos, é preciso que tenham algo em comum (é o problema da *semelhança e, em suas extensões, o da identidade*).

2. Para que dois termos-objetos possam ser *distinguidos*, é preciso que sejam diferentes, qualquer que seja a forma (é o problema da diferença e da não-identidade).

O problema do contínuo e do descontínuo, como se vê, reaparece, embora de maneira um pouco diferente. De fato, a relação manifesta agora sua dupla natureza: é ao mesmo tempo *disjuntiva e conjuntiva*.

4.º As estruturas elementares.

Esse duplo aspecto da relação pode manifestar-se em todos os níveis lingüísticos.

Exemplos:

α) *route nationale* (rodovia federal) vs *route départementale* (rodovia estadual),

pato vs bato;

β) (b) “voisé” vs (p) “non voisé”, *
grande vs pequeno.

Os dois primeiros exemplos não oferecem nenhuma dificuldade: cada termo de relação possui, com efeito, dois elementos, dos quais o primeiro (*route, a*) conjunta, ao passo que o segundo (*nationale vs departamentale; p vs b*) disjunta a estrutura.

Os dois últimos exemplos parecem ser mais delicados por sua própria simplicidade. Se a existência da relação entre os dois termos não pode ser colocada em dúvida, os dois aspectos

(*) Mantivemos “voisé” / “non voisé”, oposição fonológica, cujo traço pertinente se baseia na presença ou não de *voz* ou *vibração* de cordas vocálicas; corresponde, genericamente, à oposição *sonora / surda*. (N. dos T.)

da relação — conjuntivo e disjuntivo — não são, no entanto, imediatamente visíveis.

Designaremos com o nome de *estrutura elementar* tal tipo de relação. De fato, uma vez que se convencionou que os termos-objetos sozinhos não comportam significação, é ao nível das estruturas que é necessário procurar as unidades significativas elementares, e não ao nível dos elementos. Estes, que se poderiam chamar *signos*, *unidades constitutivas* ou *monemas*, são apenas secundários no quadro da pesquisa sobre a significação. A língua não é um sistema de signos, mas uma reunião — cuja economia deve ser precisada — de estruturas de significação.

5.º Os eixos semânticos.

A estrutura elementar deve, portanto, ser procurada não ao nível da oposição

pato vs bato

mas ao nível daquela de

p vs b,

Admite-se considerar que esta oposição consiste no caráter “voisé” vs não “voisé”

dos dois fonemas.

Entretanto, se estamos em condições de comparar — e portanto de distinguir em seguida — *p* e *b*, é porque esses dois fonemas são comparáveis, isto é, porque sua oposição se situa sobre um só e idêntico eixo, o do *voisement*. O termo *voisement* é talvez impróprio, já que evidencia apenas a propriedade “voisé” de um dos termos, deixando de lado o outro. Mas isso pouco importa: sabemos que se trata de uma terminologia metalinguística, descritiva, que poderia, em última instância ser substituída por uma notação em letras ou símbolos. O importante é a existência de um ponto de vista único, dentro de cuja dimensão se manifesta a oposição, que se apresenta sob a forma de dois pólos extremos de um mesmo eixo.

O mesmo irá acontecer no plano semântico, onde as oposições

blanc (branco) vs *noir* (preto)

grand (grande) vs *petit* (pequeno)

permitem postular um ponto de vista comum aos dois termos, o da ausência de cor num caso, e o da medida do contínuo no outro.

Propomos que se chame de *eixo semântico* esse denominador comum dos dois termos, esse fundo sobre o qual se salienta a articulação da significação. Vemos que o eixo semântico tem por função englobar, totalizar as articulações que lhe são inerentes.

6.º A relação.

Com a condição de poder encontrar — ou inventar — a cada vez a denominação conveniente do eixo semântico, podemos conceber uma descrição estrutural do tipo relacional, que consistiria em indicar, de um lado, os dois termos da relação, e de outro, o conteúdo semântico desta. Assim, designando por A e B os termos-objetos, e por S o conteúdo semântico, poderíamos exprimir a estrutura por:

A / está em relação (S) com / B

A relação entre A e B já decompõe-se em:

1. Uma seqüência “está em relação com”, que é uma afirmação “abstrata” da existência da relação (r) entre os dois termos.
2. O conteúdo semântico da relação (S), que designamos anteriormente como eixo semântico.

A fórmula pode ser escrita mais simplesmente como:

A/r(S)/B.

Precisemos agora o estatuto lingüístico de cada um dos símbolos da fórmula.

É claro que os termos-objetos A e B pertencem à lingua-objeto, no próprio desenvolvimento do discurso, e que são captados no ato da percepção. O eixo semântico S é o resultado da descrição totalizante que reúne ao mesmo tempo as semelhanças e diferenças comuns aos termos A e B: S pertence, portanto, à metalinguagem semântica descritiva. Quanto à relação (r), foi pressuposta desde o início desta interpretação; (r) pertence à linguagem metodológica e só pode ser analisada ao nível epistemológico.

7.º As articulações sêmicas.

A partir do momento em que concordamos em considerar metalingüístico o conteúdo da relação — que designamos com a letra S — podemos imaginar sem receio metodológico a expressão operacional do eixo semântico em tantos elementos de significação quantos forem os termos-objetos diferentes implicados na relação, considerando tais elementos como propriedades desses termos.

Para retomar o exemplo já utilizado, o eixo do “voisement” (S) pode ser interpretado como a relação (r) entre o elemento “voisé” (s_1) e o elemento não “voisé” (s_2). Nesse caso, o termo-objeto A (fonema *b*) possuirá a propriedade s_1 (voisé) ao passo que o termo-objeto B (fonema *p*) terá como propriedade o elemento s_2 (não voisé).

b (“voisé”) r *p* (“não voisé”)

o que é apenas um caso particular da fórmula mais geral:

A (s_1) r B (s_2).

Esta fórmula pode, a partir de agora, ser aplicada à análise de qualquer relação. Assim, a relação entre dois termos-objetos:

mulher r (sexo) *homem*

pode ser traduzida por

mulher (feminilidade) r *homem* (masculinidade).

Os elementos de significação (s_1 , s_2) assim extraídos são designados por R. Jakobson como traços distintivos e são, para ele, apenas a tradução inglesa, retraduzida em francês, dos *elementos diferenciais* de Saussure. Por uma questão de simplicidade terminológica, propomos chamá-los *semas*.

Vemos, conseqüentemente, que uma estrutura elementar pode ser captada e descrita seja sob a forma de eixo semântico, seja sob a da articulação sêmica.

É importante observar a partir de agora que a descrição sêmica é, quanto ao rendimento prático, muito superior ao inventário dos eixos semânticos e parece ter preferência sobre esse último, segundo o princípio de simplicidade formulado por Hjelmslev. Assim, tomando o próprio exemplo de R. Jakobson,

a descrição fonológica do árabe clássico, com seus 26 fonemas, daria, segundo os cálculos de Cantineau, um repertório de 325 oposições (trata-se aqui de relações opositivas não descritas, mesmo sob a forma de eixos). A descrição do árabe dialetal da Palestina setentrional, que possui 31 fonemas, revela a existência, em tudo e por tudo, de 9 oposições binárias. (Cf. R. Jakobson, "Mufaxxamā". *The Emphatic Phonemes in Arabic* em *Studies Presented to Joshua Whatmough*, La Haye, pp. 105-115.)

8.º Os modos de articulação sêmica.

O problema do modo de existência (ou do modo de descrição) das articulações sêmicas é um dos mais controvertidos da lingüística atual.

Para os partidários do binarismo (lógico ou operacional), como Jakobson e seus discípulos, um eixo semântico se articula em dois semas, que se designam, de uma maneira ambígua, como
marcado vs não marcado.

Mas, já nesse nível, as diferenças de articulação aparecem. Assim, no caso de

"voisé" vs não "voisé"

trata-se de um sema marcado (isto é, presente em um dos pólos) que se encontra em relação com o sema não marcado (ausente num outro pólo):

s vs -s

mas esse esquema não se aplica mais à oposição binária

homem (masc.) vs *mulher* (feminino)

pois basta constatar a ausência do sema "masculinidade" no termo-objeto *mulher*: esse termo possui caracteristicamente o sema "feminilidade". A articulação pode então ser expressa por

s vs não s.

É a esses dois tipos de articulação sêmica que R. Jakobson se atém.

Entretanto, no caso da oposição

grande vs *pequeno*

lização possíveis da significação: a significação imanente e a significação-manifestação, para dissipar a confusão inútil de ser mantida por mais tempo. A estrutura elementar, considerada e escrita “em si”, isto é fora de todo contexto significante, só pode ser binária, e isso não tanto por razões teóricas não elucidadas, que é preciso remeter ao nível epistemológico da linguagem, mas pelo consenso atual dos lingüistas. Ela é articulada em dois semas

s vs não s

e nos propomos a fixar sua definição designando-a pela expressão *categoria sêmica*, que tem duplo emprego, até o presente, com o *eixo semântico*, mas se revelará mais precisa logo adiante.

Parece-nos evidente, de outro lado, que não se pode racionalmente introduzir nesse nível, nem postular a existência do termo neutro de Brøndal ou do — s de Jakobson: a não existência de um sema não é um sema e só pode ser assinalada ao nível da significação manifestada, onde a existência de dois contextos sêmicos idênticos e distintos pode ser interpretada pela presença, no primeiro contexto, do sema S, e pela ausência, no segundo contexto, desse mesmo sema S, ausência que podemos designar convencionalmente por — s. Trata-se aqui, conseqüentemente, não mais da existência de semas considerados como unidades de significação construídas a partir de sua leitura relacional, mas da manifestação dos termos sêmicos, que não devem ser confundidos com os semas. Uma tabela de correspondências precisará melhor esta distinção.

| Termos sêmicos | | Seu conteúdo sêmico |
|----------------|-----------|----------------------------------|
| positivo | s | (presença do sema s) |
| negativo | não s | (presença do sema não s) |
| neutro | — s | (ausência de s e de não s) |
| complexo | s + não s | (presença da categoria sêmica S) |

Observação: No caso da manifestação do termo sêmico complexo, os dois semas presentes podem encontrar-se, segundo Brøndal seja em equilíbrio, seja um em relação de *dominância* sobre o outro. Retornaremos a esse ponto mais tarde.

Pode-se, da mesma forma, tentar precisar a distinção entre categorias sêmicas e articulações sêmicas, não mais ao nível epistemológico, mas ao nível de procedimentos de descrição: a descrição de uma articulação sêmica é comparável à análise das distribuições que procuraria assinalar os termos sêmicos nos contextos sêmicos comparáveis. Mas como no caso da análise distribucional, essa pesquisa de termos sêmicos pressupõe o que se procura: a não existência do sema (— s) só pode ser reconhecida se se propôs inicialmente o sema s como existente; da mesma forma, o reconhecimento de um termo como complexo pressupõe o conhecimento da categoria sêmica já analisada em semas disjuntos, pois de outro modo o termo complexo não se distinguiria em nada de um sema simples qualquer. Isso quer dizer que a categoria sêmica é anterior à sua articulação e que, se a descrição parte da análise das articulações sêmicas, ela apenas confirma ou infirma a existência da categoria sêmica postulada *a priori*. A descrição semântica, como dizíamos, é a construção de uma metalinguagem.

9.º Forma e substância.

Esta análise da relação, considerada tanto como eixo semântico, quanto em sua articulação em semas, implica conseqüências que ultrapassam de longe o cuidado em definir a estrutura.

Para demonstrá-lo, tomemos o exemplo de Hjelmslev (*Prolegomena*, p. 33), que se tornou clássico: o do espectro de cores, esse eixo semântico — pois se trata exatamente disso — possui uma grande generalidade: pode-se afirmar que se encontra em todas as línguas naturais, já que é difícil imaginar uma civilização acromática. A comparação das duas articulações sêmicas desse eixo — inglesa e galesa — é representada pela seguinte tabela:

| | |
|--------------|---------------|
| <i>green</i> | <i>gwyrdd</i> |
| <i>blue</i> | <i>glas</i> |
| <i>gray</i> | <i>llwyd</i> |
| <i>brown</i> | |

Estas articulações sêmicas diferentes — que caracterizam, é raro, não somente o espectro das cores, mas um grande número de eixos semânticos — são apenas categorizações diferentes do mundo, que definem, em sua especificidade, culturas e civilizações. Por isso mesmo, não é de espantar que Hjelmslev tenha reservado a essas articulações o nome de *forma do conteúdo* e tenha designado os eixos semânticos que as totalizam como *substância do conteúdo*.

Essa última noção — a substância do conteúdo — exige maior precisão. Entenderemos — como já insistimos ao falar do eixo semântico — que a substância só pode ser proximizada e captada com a ajuda de uma lexicalização, a qual se situa necessariamente dentro do universo significante. A substância do conteúdo não deve, pois, ser considerada como uma realidade extralingüística, psíquica ou física, mas como a manifestação lingüística do conteúdo, situada num nível diferente do da forma.

A oposição da forma e da substância se acha, assim, inteiramente situada dentro da análise do conteúdo; ela não é a oposição do significante (forma) e do significado (conteúdo), como uma longa tradição do século XIX pretendia fazer-nos admitir. A forma é tão significante quanto a substância, e é de espantar que essa formulação de Hjelmslev não tenha encontrado até o momento receptividade merecida.

Conseqüentemente, podemos dizer que as articulações sêmicas de uma língua constituem sua forma, ao passo que o conjunto de eixos semânticos traduzem sua substância. Por isso, a descrição de qualquer conjunto significante postulado dentro de uma análise pode ser conduzida em dois planos diferentes — o plano sêmico ou formal e o plano semântico ou substancial — e chegar a resultados diferentes.

Não há necessidade de acrescentar que forma e substância são apenas dois conceitos operacionais que dependem do nível de análise escolhido: o que será denominado substância num certo nível poderá ser analisado como forma num nível diferente.

Observação: É aqui que se justifica a introdução do termo “categoria sêmica”, aplicado a um eixo semântico de um tipo particular, aquele que constitui a estrutura como uni-

dade mínima de significação. Continuaremos a empregar o termo “eixo semântico” no seu sentido operacional de unidade de substância do conteúdo articulada em estrutura.

10.º Os semas e os lexemas.

Após o exame da relação que se identifica em último caso com o próprio conceito de estrutura, devemos tentar agora a determinação do papel que pode ser atribuído, na economia desse conceito, aos termos-objetos, cuja existência e relação já postulamos ao nível da percepção.

Já vimos que uma relação pode ser analisada em semas, que propusemos fossem considerados como propriedades de termos-objetos. O problema é, pois, saber qual o sentido que se deve atribuir à expressão

$$\frac{s \text{ (é a propriedade de) } A}{(\text{feminilidade}) \quad (\text{mulher})}$$

B. Russell, analisando os nomes próprios, assinala com razão que “o senso comum considera uma coisa como possuidora de qualidades, mas não como definida por elas” (*Signification et vérité*, p. 113). Nessa concepção, a *coisa* é independente de suas propriedades; é a *coisa em si*, e incognoscível como tal: nenhuma análise de suas propriedades chegará a esgotar sua essência.

A intenção de descrever as substâncias (no sentido não lingüístico desse termo) só pode tornar impossível o conhecimento. Com efeito, como o observa B. Russell (*ibid*, p. 112). “se *isto é vermelho* é uma proposição que atribui uma qualidade a uma substância, e se uma substância não se define pela soma de seus predicados, é, portanto, possível que *isto* e *aquilo* tenham exatamente os mesmos predicados, sem que sejam idênticos”. O princípio de identidade seria dessa forma recolocado em questão.

Tudo isso apenas confirma nossa recusa em relação a uma semântica que tenha a pretensão de descrever a “substância psíquica”. Somos assim forçados a permanecer no plano fenomenológico, isto é, lingüístico, e postular com Russell, que as *qualidades* definem as *coisas*, isto é, que o sema *s* é um dos elementos constitutivos do termo-objeto *A*, e que este, ao final de uma análise exaustiva, se define como a coleção de semas s_1, s_2, s_3 etc.

Não nos resta senão dar ao termo-objeto o nome de *lexema*. Este pertence à língua-objeto e se realiza no discurso. É conseqüentemente a unidade lingüística de outra ordem e não deve ser incluído na definição da estrutura elementar.

11.º Segunda definição da estrutura.

Essa delimitação dos termos-objetos (lexemas) da definição da estrutura exige uma reformulação desta. Levando-se em consideração nossa discussão anterior, podemos dizer que a estrutura é o modo de existência da significação, caracterizada pela presença da relação articulada entre dois semas. As categorias sêmicas, como vimos, são imanentes à língua-objeto, mas podem ser formuladas fora dela.

Esta definição pode surpreender à primeira vista; entretanto, embora não esteja longe de nosso modo de operar, ela se distancia muito de nosso modo de pensar. Quando dizemos, por exemplo, que o francês possui três modos: o imperativo, o indicativo e o subjuntivo, constatamos simplesmente que o eixo modal do francês, expresso por dois semas *s* e não *s*, é articulado da seguinte forma:

$$\frac{\textit{imperativo}}{s} \text{ vs } \frac{\textit{indicativo}}{\text{não } s \text{ nem } \text{ não } s} \text{ vs } \frac{\textit{subjuntivo}}{\text{não } s}$$

Tal categoria sêmica é imanente à língua francesa: cada sema é realizado dentro de numerosos lexemas.

Observação: É preciso observar que não temos nenhuma responsabilidade sobre essa interpretação da categoria do modo em francês.

12.º A totalidade e as partes.

Tal concepção de estrutura não nos parece ainda inteiramente satisfatória. Já tivemos oportunidade de insistir no fato de que o

eixo semântico reúne, de certo modo, os elementos sêmicos que analiticamente daí extraímos. Isso quer dizer que em relação à *totalidade*, que é uma categoria sêmica, os semas podem ser considerados como *suas partes*. Parece, conseqüentemente, indispensável integrar essa relação, que vai da totalidade estrutural às suas unidades constitutivas, na própria definição da estrutura.

Uma atitude bastante paradoxal pode ser constatada, quanto a esse tipo de relação, entre os lingüistas contemporâneos. Assim, Hjelmslev, por exemplo, integra a relação do todo com as partes na sua definição de estrutura (*Prolegomena*, pp. 20, 21), sem que possamos ver no entanto o lugar que lhe é reservado na economia de sua teoria lingüística. Um gramático que tentasse, como P. Imbs, introduzir o conceito de totalidade em sua análise correria o risco, errada ou corretamente, de suspeição de veleidades de organicismo: certas disciplinas humanistas, efetivamente, abusaram tanto do termo *totalidade*, considerado como conceito explicativo de valor universal, que seu caráter mitificante se tornou evidente.

Para evitar essa espécie de mal-entendido e ao mesmo tempo economizar instrumentos conceituais, propomos que se restrinja, tanto quanto possível, essa definição e se considere a relação entre o sema e a categoria sêmica, à qual pertence o sema, apenas do ponto de vista da pressuposição lógica. Diremos que ao lado da relação *antonímica* (disjunção e conjunção) entre os semas de uma mesma categoria de estrutura elementar, a significação se define, ainda, pela relação *hiponímica* entre cada um dos semas tomados individualmente e a categoria sêmica inteira.

Observação: A utilização operacional desta relação pode exigir a introdução do conceito de *orientação*: assim, partindo do sema, a relação pode ser designada como *hiponímica*; partindo da categoria, poderá ser útil designá-la como *hiperonímica*.

Notaremos, a partir de agora, que é preciso reservar o termo *hiponímia* à relação situada dentro da estrutura elementar: a mesma relação, considerada em si, isto é, enquanto ligada a elementos sêmicos não pertencentes a uma só e

mesma categoria, poderá ser chamada *hipotática* (e, eventualmente, *hiperotática*).

Acreditamos que tal conceitualização mínima permite economizar a notação de metonímia, difícil de ser reduzida à univocidade.